

**RBC nº 172 – Jul/Ago 2008**

**Gestão da Ética na Administração Pública estadual brasileira: estudo em órgãos de controle governamental**

(Rossana Guerra de Sousa, Aldacilene Sobreira de Medeiros Souza)

O debate da sociedade brasileira sobre a questão ética na Administração Pública brasileira está aflorado no contexto atual, decorrente das constantes crises sociais que se apresentam, envolvendo o uso indevido de dinheiro público ou a sua aplicação inadequada. Na organização político-administrativa brasileira, é constitucionalmente estabelecida a presença de entidades próprias para fiscalizar a boa aplicação dos recursos da sociedade colocados à disposição do Estado. Como os órgãos de controle são mantidos pela estrutura da Administração Pública para fiscalizar e orientar a correta condução de seus negócios e são operacionalizados pelos agentes sociais, denominados Auditores de Contas Públicas, este artigo se propôs a conhecer a política adotada no que diz respeito à gestão da ética para esses agentes nos órgãos de controle interno e externo de uma administração estadual, visando diminuir sua exposição ao risco ético. No artigo, são utilizados como referência os doze princípios sugeridos pela OCDE. A pesquisa foi realizada adotando-se o enfoque exploratório-descritivo e a abordagem quanti-qualitativa para análise dos dados colhidos e, como estratégia metodológica, utilizou-se o estudo de caso. Conclui-se que as organizações estudadas não possuem políticas que conduzam a uma gestão da ética que possa vir a proteger os auditores dos riscos de desvios éticos.

**Informações contábeis utilizadas para definir a participação dos trabalhadores nos lucros e/ou resultados das empresas – perspectivas para os Sindicatos dos Bancários da Bahia**

(Isac Pimentel Guimarães, Sônia Maria da Silva Gomes e Sudário de Aguiar Cunha)

O uso das informações contábeis tornou-se principal ferramenta nos negócios atualmente, pois a informação e o conhecimento compõem recursos estratégicos essenciais nas negociações trabalhistas. Sob esse enfoque, o objetivo desse trabalho é investigar o tipo e a forma de acesso às informações contábeis utilizadas pelos Sindicatos dos Bancários da Bahia, no processo de negociação de Participação dos Trabalhadores nos Lucros e/ou Resultados das Empresas (PLR). Na busca de se atender a tal objetivo, realizou-se uma pesquisa empírica, utilizando-se o questionário como técnica de coleta de dados com os Sindicatos dos Bancários da Bahia: Salvador, Feira de Santana, Jacobina, Vitória da Conquista, Ilhéus, Itabuna, Jequié e Microrregião, Irecê e, por sua vez, Extremo Sul da Bahia, no qual possuem histórias pontilhadas de lutas e conquistas alcançadas, que vão da Era Vargas, passando pelos Anos de Chumbo de 1964, à retomada da liberdade com o nascimento do Novo Sindicalismo até os dias atuais. Assim, a pesquisa revela que os referentes Sindicatos consideram a PLR uma das prioridades no processo negocial, sendo determinada, na maioria das vezes, pela Participação nos Resultados, tendo o trabalhador como fonte segura de informação. O Reajuste Salarial, ao contrário da PLR, foi o principal motivo de greve nos últimos oito anos, seguido das metas condicionantes mais frequentes – produtividade, rentabilidade e liquidez. Foi constatado, outrossim, que a Demonstração do Resultado do Exercício e o Balanço Patrimonial são os tipos de informações recebidas, semestralmente, antes das negociações de PLR e que, apesar de o Balanço Social ser pouco fornecido pelas empresas, suas informações são consideradas compreensíveis e de grande relevância para os acordos coletivos.

**O papel do perito contador na solução de litígios judiciais – um estudo nas varas cíveis de Maceió/AL**

(Joana D'Arc Medeiros Martins, Luiz Carlos Marques dos Anjos e Márcia Maria Silva de Lima)

Este trabalho é resultado de um estudo teórico-empírico na área de Perícia Contábil que teve como objetivo evidenciar as funções do perito contador e do perito contador assistente, frisando a importância do perito contador nas perícias judiciais. Sua execução teve como ponto de partida a revisão da literatura e documentos legais que fundamentaram um estudo empírico em seis varas cíveis da esfera federal, localizadas na Cidade de Maceió/AL, com a preocupação de orientar um trabalho pericial de qualidade desde a nomeação do perito até a apresentação do Laudo Pericial, além de destacar o perfil profissional exigido para aqueles que atuam nessa área. A Perícia Contábil é uma atividade relativamente nova do ponto de vista legal, já que no Brasil somente foi regulamentada em 1992 pelas resoluções 731 e 733, reformuladas em 1999 pelas resoluções 857 e 858 do Conselho Federal de Contabilidade. Por meio da pesquisa identificou-se que para os magistrados a educação continuada não constitui fator decisivo para a nomeação do perito. O estudo destaca ainda a importância do comportamento, do perito-contador, pautado na excelência moral, intelectual e ética, bem como de profundo conhecimento tanto da ciência contábil, como da matéria objetivo da perícia e de processo civil.

## **A contabilidade como geradora de informações na gestão de micros e pequenas empresas de Iporã do Oeste/SC**

(Carmem Haab Lutte Cavalcante, Paula Mercedes Marx Schneiders)

O objetivo do estudo foi identificar o nível de satisfação dos micros e pequenos empresários, em relação aos serviços contábeis oferecidos pelos profissionais contábeis da cidade de Iporã do Oeste-SC, bem como verificar quais informações desejariam receber. A amostra foi composta por 51 empresas de diversos ramos de atividade. Utilizou-se no estudo a pesquisa bibliográfica e o estudo de campo, por meio da aplicação de questionário às empresas. Assim, em relação à satisfação dos serviços oferecidos, a maioria dos pesquisados diz estar "bom". No entanto, verificou-se que a maioria das empresas recebe do seu contador basicamente os serviços e documentos necessários para atender a legislação, sendo que poucos recebem ferramentas de gestão. Também se verificou que a maioria dos empresários considera as informações contábeis importantes para gerenciar a empresa. Os empresários necessitam de informações contábeis que possam ser utilizadas na tomada de decisões. Constata-se que a contabilidade gerencial está se tornando de fundamental importância para o micro empresário, o qual precisa tirar o máximo do mínimo, realidade em que a administração eficaz é essencial.

## **Reflexões sobre a Contabilidade Mental**

(José Carlos Marion)

Além das pessoas jurídicas, as pessoas físicas precisam também tomar decisões, buscando não só maximizar suas riquezas, como também seu bem-estar. Porém, muito mais que as empresas, o ser humano deixa de ser racional, inserindo em suas decisões variáveis comportamentais, psicológicas, sociológicas e emocionais. A contabilidade, apesar de ser uma ciência social, tem considerado muito pouco, até então, o comportamento do homem na avaliação do ativo e nas premissas que formam os seus pilares teóricos. A variável utilidade para maximizar o bem-estar do ser humano não tem sido foco nos estudos das Ciências Contábeis. Por outro lado, não temos visto tratados contábeis que contestam os processos decisórios, muitas vezes equivocados, que incorporam a psicologia, sociologia; emoções que ultrapassam os limites da racionalidade. Todavia, é discutido se a construção de um modelo de informação voltado para a mente do homem, que muitas vezes não passa de "regras de bolso", é atribuição da chamada Ciências Contábeis, ou das Finanças, ou da Economia Financeira, ou da Psicologia Econômica, ou de outra área de conhecimento. Ou, ainda, se o ato de processar dados, avaliar dados, tomar decisões, na esfera das emoções humanas, deveria ser tratado no conjunto de diversas áreas de conhecimento.